

O Poder Moderador do Brasil

Lincoln Secco

Como citar: SECCO, L. O Poder Moderador do Brasil. *In* : CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. D. (org.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.49-57. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-683-1.p49-57>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O PODER MODERADOR DO BRASIL¹

Lincoln Secco

Apesar dos movimentos sociais terem mostrado que a sociedade estava preparada para a democracia, a tradição antidemocrática e elitista prevaleceu. Mesmos nos setores que se dizem democráticos, opiniões divergentes não são toleradas. Em vez da persuasão, do diálogo, do compromisso, preferimos a exclusão do adversário. [...] Pode-se falar em democracia, mas aqui ela não existe (Emília Viotti)².

Em 19 de março de 1964 a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada pelos conspiradores de São Paulo para desestabilizar o Governo legítimo do presidente João Goulart. Na visão de muitos deles ela deveria ser o desdobramento da chamada Revolução de 1932. Naquele ano a oligarquia paulista levantou-se em armas contra o Governo provisório de Getúlio Vargas.

Em 1964 as classes médias paulistas, que já haviam sido a base popular para suas elites em 1932, foram às ruas de novo contra o governo federal. À frente das quinhentas mil pessoas que desfilaram no Viaduto do Chá na capital paulista marchavam os voluntários da Guerra Paulista de 1932. E seus filhos e netos formavam os grupos de choque preparados para a eventualidade de uma guerra civil (SILVA, 1978, p. 247). O jornal *O Estado de S. Paulo*, que participou ativamente do levante de 1932, caracterizou o Golpe Militar de 1964 de “movimento democrático”³.

¹ Este texto é parte de uma pesquisa para um futuro livro sobre a chamada Revolução de 1932.

² Revista Nossa História, v. I, n. 11, set. 2004.

³ O Estado de S. Paulo, 3 de abril de 1964.

Mas se há nítidas continuidades na elite paulista desde 1930 até os dias atuais, o leitor da história deve atentar também para as rupturas. Em primeiro lugar, o empresariado industrial em 1932 era muito menos poderoso. O café, cacau, algodão, couros e peles ainda respondiam por quase 80% das exportações nacionais e a indústria respondia por modestos 16,5% do PIB em 1930 e entrara numa fase negativa até 1933.

A burguesia rural dos fazendeiros do café era muito menos diversificada e a pequena burguesia dos serviços urbanos públicos e privados e do comércio era menor. São Paulo sequer tinha uma universidade como centro de produção científica e ideológica das classes dominantes. A USP seria criada em 1934.

A própria imprensa mudou. Ela teve destacado papel em 1932. O rádio era o principal meio de difusão. Os jornais *A Gazeta* e *O Estado de S. Paulo* foram cruciais na manipulação de notícias que escondiam os revezes das forças constitucionalistas.

Porém, naquela época o jornal *O Estado de S. Paulo* era um ator de maior importância na política paulista. Era um verdadeiro grupo político. Em 1932 a família Mesquita, dona do jornal, fez parte do comando do levante armado. Foi diferente em 1964 e depois. O jornal apoiou decididamente o golpe, como vimos acima, contudo não participou de seu comando político-militar pelo simples motivo de que o golpe foi realmente militar e em escala nacional. Os militares agiram como corporação unificada, diferentemente de 1932, quando se dividiram.

Que os militares o tenham feito a favor das classes dominantes “civis” é uma obviedade, já que todo golpe só é vitorioso permanentemente se contar com o apoio dos setores interessados da sociedade civil.

Isso não quer dizer que foi insignificante o apoio por eles recebido das classes dominantes e dos Estados Unidos. Mas sendo o golpe em escala nacional, o papel da elite paulista não foi o mesmo de 1932, quando o conflito que deveria envolver o apoio de outros Estados (como Rio Grande do Sul e Minas Gerais) ficou estancado nas fronteiras paulistas e só obteve o apoio simbólico de Mato Grosso. Fiel ao seu liberalismo conservador, *O Estado de S. Paulo* sofreria a censura ditatorial e se afastaria do novo regime.

Depois de 1964, outros jornais paulistas colaborariam ativamente com a repressão (caso da Folha de São Paulo). Mas este jornal não tinha tradição política nenhuma. Foi a partir dos anos 1980 que ele se tornou o mais influente jornal brasileiro.

A Ditadura Militar não proibiu as comemorações de 1932, mas elas nunca extrapolaram o ambiente das escolas de São Paulo. Apesar disso, o último ditador militar, João Batista Figueiredo, era filho do principal comandante militar da Revolução de 1932: Euclides Figueiredo. Em 1982 o governo paulista comemorou oficialmente o cinquentenário do Levante armado.

Mas eis que em 1995 um político “paulista” de um partido com forte identidade regional chegou ao poder central do país. Em 12 de setembro de 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) definiu que cada Estado da federação podia transformar sua data principal num feriado. Em São Paulo, o nove de julho foi oficializado por uma Lei Estadual em 1997, sancionada pelo governador Mário Covas, também ele do PSDB.

O que havia mudado?

DOIS PARTIDOS

Os dois partidos que dominaram a cena política brasileira desde então (PT e PSDB) surgiram em São Paulo e questionaram o legado do Estado Novo. Um a tutela sindical, o outro as nacionalizações e, ambos, o tipo de previdência social daquele período (embora isso não fosse consensual no PT).

É verdade que a crítica original do PT (especialmente de suas alas sindicais mais radicais, representadas pela oposição metalúrgica de São Paulo) era a da esquerda, ou seja, buscava ampliar direitos e aumentar o poder de pressão dos sindicatos livremente organizados. No entanto desconsiderava grande parte do sindicalismo amarelo da época trabalhista que, *malgré tout*, defendia pequenas categorias que não sobreviveriam a uma livre negociação sem proteção estatal. A esquerda petista preferia denunciar

(com razão) as burocracias sindicais que manipulavam os operários para obter vantagens pessoais junto aos patrões e ao governo.

Já a “nova burguesia” que despontava como crítica do “tamanho do Estado na economia” atacara o legado de Vargas para fazer gigantescas privatizações, alterar a composição patrimonial do capitalismo no Brasil e enfraquecer a legislação trabalhista que protegia direitos consagrados na CLT. Isso se deu no período FHC (1994-2002).

Aliás, o fenômeno que confunde os historiadores. Intelectuais do PT questionavam o populismo⁴ e afirmavam a autonomia operária como ideal da classe trabalhadora. Ao se contrapor à CLT de Getúlio Vargas, o aparato sindical do PT *parecia* convergir com o “empresariado moderno” do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e até com setores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). É por isso que os comunistas e velhos trabalhistas permaneceram fora da Central Única dos Trabalhadores⁵, cuja fundação foi hegemônica pelo PT.

Mas quando o neoliberalismo aportou no Brasil e foi elevado a dogma pela equipe econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, foram perpetrados inúmeros ataques aos direitos trabalhistas e à CLT. O PT se viu na condição de defensor do legado de Getúlio Vargas. Com a chegada de Lula ao poder, seu carisma, a mudança da base social petista e as políticas sociais governamentais reconciliaram o PT com o velho Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas.

De fato, a CLT carrega em si traços ditatoriais que não podem ser apagados. Mas ao mesmo tempo é um escudo de defesa do trabalhador em condições em que ele não tem força para impor seus interesses sem a tutela da lei. Por isso, a defesa do fim do imposto sindical e da unicidade sindical tornou-se quase ritual na CUT porquanto sem consequências práticas e muitos pequenos sindicatos dependentes de contribuições sindicais obrigatórias aderiram à CUT. Por outro lado, os maiores sindicatos “petistas” continuaram devolvendo o imposto sindical aos trabalhadores e criticando-o oficialmente.

⁴ Populismo é empregado aqui apenas como sinônimo de política popular ou que apela ao povo como categoria política na América Latina. Não há nenhum sentido pejorativo. Evidentemente que tal política (como de resto qualquer outra) não foi feita pelo povo.

⁵ Mais tarde o PC do B a integrou. Mas hoje possui sua própria central.

Não deixa de ser notável que a classe trabalhadora aprendeu por si mesma que seus problemas não se resolviam com a abolição negativa da CLT e sim com sua superação positiva. A CLT ajudou a manutenção de estruturas sindicais obsoletas e direções oportunistas, mas nenhuma lei impede a classe trabalhadora de lutar quando ela pode. As greves massivas dos anos 1980, quando elas eram proibidas, foram o exemplo disso.

Todavia, o PSDB cada vez mais se apropriou da crítica ao legado de Getúlio Vargas enquanto o PT resvalava para os braços do velho líder.

Nota-se logo que havia uma base objetiva para a revalorização do liberalismo. Os ideais de 1932 restaurados foram uma pequena parte disso. O estado de São Paulo continuou sendo o mais importante polo econômico do Brasil, apesar do desenvolvimento de outras regiões. Este desenvolvimento se interiorizou e as cidades mais conservadoras de sua hinterlândia explodiram em crescimento populacional.

DIREITA POPULAR PAULISTA

Ao lado daquela Direita Moderna que aderiu ao PSDB ainda havia outra força. A capital paulista continuou desde o fim do Estado Novo com seu jogo eleitoral desequilibrado por uma periferia pobre crescente. Um dos fenômenos mais complexos da era do populismo foi a singularidade de São Paulo. Conquanto os operários paulistas votassem em grande número em Vargas, o PTB e o PSD, partidos de apoio do Presidente, jamais foram hegemônicos em São Paulo. A herança do Estado Novo ali foi filtrada por forças próprias que consentiam a liderança nacional de Vargas, mas guardavam sua autonomia regional.

Os próceres do constitucionalismo eram incapazes de fazer o jogo eleitoral competitivo com o getulismo. A sua vitória nas eleições de 1933 com a Frente Única Paulista recolhia as flores da propaganda do ano anterior e se aproveitava de um momento em que Getúlio Vargas ainda não era o “pai dos pobres”.

Mas depois do Estado Novo, a elite das classes dominantes paulistas não tinha a mesma capacidade eleitoral. Apesar disso, ela tinha força regional suficiente para se opor ao getulismo. Sob uma Democracia

Racionada que proibia o partido comunista, floresceu a Direita Popular dos governadores Ademar de Barros e Jânio Quadros. O primeiro subira ao palco ainda sob o Estado Novo.

Avessas à organização sindical, dada sua precariedade de condições de vida, reprimidas durante a Ditadura, as classes desprotegidas foram alvo da pregação de uma burguesia *lumpem* de novos-ricos articulada politicamente com os grandes negócios imobiliários, indústria de construção civil e fornecedores do Estado e da prefeitura. Era a *direita populista ou popular*.

Esta corrente política nunca se expressou numa organização partidária, mas é um “partido” no lato sentido de corrente de opinião permanente. O fenômeno de candidatos direitistas com voto não é uma exclusividade paulistana. Mas como São Paulo é uma grande cidade que passou por urbanização intensa em dimensões incomparáveis, as populações recém-chegadas sempre foram alvo de um discurso autoritário que as situavam como clientela e vítima. “Culpadas” pela violência que sofriam e dependentes, elas nem sempre se viam como trabalhadoras responsáveis pelo erguimento da metrópole e sucumbiam à mensagem de ordem, segurança e habitação. Mas ao mesmo tempo se organizavam nas associações de bairro (muitas com sede própria há mais de meio século) e conquistavam loteamentos, asfalto, postos de saúde etc.

A Direita Popular não se importava com os ideais de 1932. Seus valores eram outros e, principalmente, o seu eleitorado. Mas ao lado dessa direita, o PSDB ascendeu nos anos 1990 e se apossou firmemente do governo estadual graças ao enorme crescimento industrial e populacional do interior do Estado. Uma classe média muito mais numerosa do que no restante do país acatou o discurso da competência empresarial. O PSDB, durante seu transformismo dos anos 1990, falou a linguagem da Terceira Via de Tony Blair e Schröder contra os impostos e assim incorporou a classe média tradicional, os pequenos comerciantes e todos os que aspiravam ao próprio negócio e colocavam a competitividade antes da solidariedade.

Em 1994, malgrado sua origem no campo de centro e até mesmo com alguns laivos sociais-democratas em seu programa original (SECCO, 2012), o PSDB assumiu o comando do poder estadual paulista de maneira

ininterrupta. Cabe lembrar que ao contrário das eleições nacionais polarizadas por duas forças, as disputas em São Paulo eram disputadas por três: a esquerda, a direita popular e a direita moderna, representada pelo PSDB.

O PSDB podia assim se equilibrar, ora contando parcialmente com votos da base petista contra a direita popular (que foi representada por Paulo Maluf, Francisco Rossi, Celso Russomano, Paulo Skaf) ora apoiando-se nos votos populistas de direita contra a ameaça petista. Tanto que Skaf, dirigente da FIESP, tentou convencer o eleitorado em 2014 de que ele podia escolhê-lo sem medo de que o PT fosse vitorioso. O eleitorado majoritário paulista preferiu, entretanto, não arriscar e fez “voto útil” no Governador Alckmin, apesar da crise hídrica, educacional, de corrupção e de segurança.

Foi assim que, segundo Henrique Sanches, o PSDB logrou conquistar

[...] um eleitorado consideravelmente heterogêneo que reúne trabalhadores industriais e de serviços, profissionais liberais, comerciários, trabalhadores autônomos, pequenos e médios comerciantes, microempresários; moradores de bairros centrais e periféricos, da capital, interior e litoral, de grandes, médias e pequenas cidades; de adolescentes em sua primeira eleição a jovens, adultos e idosos; uma maioria antipetista, mas também eleitores lulistas. (SANCHES, 2014).

Se é verdade que São Paulo continuou sendo uma força política regional e um polo econômico nacional, também é correto afirmar que no século XXI a economia brasileira foi fortemente impulsionada pela exportação de *commodities* para a China. São Paulo tem notável papel nesta imensa economia exportadora baseada no agronegócio. Os mapas eleitorais revelam que a oposição ao PT é forte exatamente nas áreas de clientes desta economia agroexportadora (centro-oeste e o antigo sul do país que também engloba São Paulo). Uma gigantesca classe média do mundo corporativo e dos serviços é a base objetiva para os valores da Direita.

Simultaneamente, o PT no governo retrocedeu para posições de defesa do legado de Getúlio Vargas, embora não tenha desfeito as grandes privatizações do PSDB. E a figura carismática de Lula frequentemente apareceu como contraponto do vínculo que os grandes meios de comunicação

estabeleceram entre a oposição, a democracia e a constituição. Notavam-se arroubos autoritários e ligações com outros “ditadores” da América do Sul no governo federal a toda hora, ao menos segundo os jornais.

Este caldo de cultura é que explica a retomada dos valores de 1932 e até os de sua continuidade “nacional”: o golpe de 1964. É bem verdade que há diferenças históricas nada negligenciáveis. O ideário “paulista” é o do liberalismo conservador que defende a abertura ao capital estrangeiro, a proteção jurídica de interesses *comuns* do empresariado e a repressão seletiva de oposições se possível “dentro de uma interpretação alargada da lei”. A corrupção é vista como instrumento necessário para constituir alianças com setores atrasados do restante do país encastelados no Estado. Mal que seria corrigido com mais privatizações.

O ideário de 1964 se caracteriza por uma repressão aberta e indiscriminada aos opositores, a violação constante da legalidade por aparatos paramilitares amplos e a tutela do empresariado e da classe trabalhadora pelo Estado.

Mas ao lado das diferenças encontram-se convergências que se acentuam em momentos de crise de hegemonia. A Direita Moderna tem um déficit eleitoral e precisa incorporar valores da Direita Popular. Mas como esta tem escassa influência nacional, restrita a franjas pequenas do eleitorado nacional e com maior força em São Paulo e parte de periferias de grandes cidades como o Rio de Janeiro, o PSDB nunca deixa de flertar com técnicas golpistas, hodiernamente legitimadas por julgamentos políticos “legais” e iniciativas do Congresso Nacional. Mas nada muito distinto do que o Congresso e o judiciário fizeram no período 1950-1964.

Lula contribuiu para isso ao invocar nitidamente o legado de Getúlio Vargas. Manchou as mãos com petróleo, imitando o velho líder e, publicamente, se comparou a ele ao declarar que acusavam-no injustamente pela corrupção do país. Mas também como Vargas jamais evitou a repressão contra quem estivesse à sua esquerda e sempre buscou a conciliação, nomeando ministérios com as duas mãos: a esquerda e a direita...

A elite paulista, por seu lado, jamais “perdoou” Getúlio Vargas, assim como jamais aceitou Lula e o PT por mais que eles assumissem posições conservadoras e tranquilizadoras para as classes dominantes. O pe-

ríodo de hegemonia eleitoral petista, aberto em 2002, demonstrou que, apesar das concessões lulistas, o discurso antipetista se radicalizou, encontrando em São Paulo um verdadeiro poder moderador no Brasil⁶.

REFERÊNCIAS

SANCHES, Henrique. *Decifra-me ou te devoro: a hegemonia Tucana em São Paulo*. Disponível em: <<http://xadrezverbal.com/2014/10/02/decifra-me-ou-te-devoro-a-hegemonia-tucana-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 2 out. 2014.

SECCO, Lincoln. A crise do PSDB. *Le Monde Diplomatique*, abr. 2012.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

⁶ O termo paulista é aproximado porque na verdade o mapa dos votos da Direita se espalha por grande parte do sul e do centro oeste. E em São Paulo as candidaturas de Centro esquerda obtêm milhões de votos cruciais para sua eventual vitória.